



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ata n.º 2/2016

No dia 17 de Fevereiro de 2016, pelas 9 horas, reuniu, extraordinariamente, o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocada pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Diretor, Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, estando presentes os seguintes membros do Conselho Académico:

Membros docentes:

Prof.^a Doutora Paula Vaz Freire

Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho;

Prof. Doutor David Duarte;

Dr. João Serras de Sousa (em substituição do Prof. Doutor Rui Ataíde);

Membros não docentes

Senhora Conceição Feiteiro;

Senhora Manuela Mouta (que tomou o lugar que pertencia ao Sr. Hélder Correia, que abandonou o órgão em função da cessação do seu vínculo laboral com a Faculdade);

Membros discentes

António Camacho;

Gonçalo Pratas;

Nirvana Araújo;

Paulo Ramos;

Esteve ainda presente a Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno (na qualidade de Directora Executiva). Esteve ainda presente na reunião o Dr. José Miguel Vitorino (na qualidade de presidente da AAFDL, nos termos regulamentares e sem direito de voto). Para além disso, e na sequência de um convite do Diretor, esteve presente o Prof. Doutor Dário Moura Vicente (na qualidade de Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica), o Prof. Doutor Rui Ataíde (na qualidade de membro do CA

para dar o seu parecer na matéria abordada na reunião – ainda que sem participar na reunião) e os presidentes de alguns dos núcleos de estudantes da AAFDL: Marcelo Silveira (em representação do Núcleo de Estudantes Brasileiros), Pedro Reis (em representação do Núcleo de Estudantes Católicos), e Robert Neves (em representação do Núcleo de Estudantes Africanos).

O Diretor da Faculdade confiou ao Dr. João Serras de Sousa a incumbência de assegurar o secretariado desta reunião.

A reunião obedeceu à ordem de trabalhos que tinha como ponto único a “reafetação de espaços nos edifícios da Faculdade”.

A reunião começou com a explicação do Diretor relativa à presença de alguns elementos estranhos à composição do órgão. O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez explicou que foi endereçado um convite a todos os envolvidos na sua proposta de reafetação de espaços da Faculdade, dando-lhes a possibilidade de se pronunciarem sobre as alterações, visto serem diretamente afetados por ela. Nessa senda, o Diretor agradeceu a disponibilidade de todos quantos se manifestaram e a presença daqueles que estiveram na reunião. Nesse sentido, deu a palavra ao Prof. Doutor Dário Moura Vicente.

O Prof. Doutor Dário Moura Vicente tomou a palavra. Começou por cumprimentar o órgão e agradecer a disponibilidade do Diretor em ouvir todos os interessados. De seguida explicou que falava por todos os que coordenam os Institutos que são afetados pela proposta (Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva, na qualidade de Presidente do Gabinete de Erasmus e de Relações Internacionais, e Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, na qualidade de Presidente do Instituto de Direito Brasileiro). De seguida falou numa carta dirigida ao Diretor onde os Presidentes dos Institutos expuseram a sua preocupação quanto à solução aventada na proposta do Diretor e que implicaria a deslocação dos institutos de Cooperação Jurídica, Relações Internacionais e Erasmus. Notou ainda que, apesar de manifestar preocupação relativamente à solução encontrada, compreende que a competência para decidir quanto a estas matérias é do



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

órgão. De seguida, fundamentou as suas preocupações, traduzidas em duas vertentes: funcionais e estratégicas. De um ponto de vista funcional, a preocupação relaciona-se com a representação externa da Faculdade. Os Institutos recebem convidados de países estrangeiros (professores, governantes, etc.). Ora este é um espaço nobre da Faculdade, de fácil acesso e que se coaduna com a função e localização atual dos institutos. Os Institutos servem também de sala de visita sendo que são recebidos convidados diariamente. A receção condigna destes elementos (a título de exemplo o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, vários Diretores de Faculdades de Direito, etc.), é muito importante para a Faculdade e a localização atual dos Institutos serve esse desiderato. Para além disso, o Prof. Doutor Dário Moura Vicente salientou também a importância estratégica desta localização. A visibilidade dos Institutos (quer numa dimensão interna, quer numa dimensão externa) é consentânea com uma opção de fundo: a promoção da internacionalização da Faculdade e do local onde esta internacionalização é feita. Esta orientação estratégica é aliás espelhada em várias atas dos órgãos da Faculdade. Ora estes factos têm um reflexo simbólico e a aprovação da atual proposta traduz um retrocesso nesta matéria. Por fim, o Prof. Doutor Dário Moura Vicente afirmou que compreende as preocupações que estão na base da proposta. Afirmou ser importante que se mantenha esta preocupação, mas com uma solução que traduza uma melhoria das condições de trabalho atuais sem deslocalizar serviços. O Prof. Doutor Dário Moura Vicente concluiu com um novo agradecimento ao Diretor pela possibilidade de ter prestado estas informações ao órgão, ao que o Prof. Doutor Pedro Romano Martinez retorquiu com outro agradecimento pela disponibilidade demonstrada.

De seguida o Prof. Doutor Pedro Romano Martinez deu a palavra ao Prof. Doutor Rui Ataíde que, apesar de só estar presente na fase inicial da reunião, entendeu ser indispensável exprimir o seu entendimento sobre o assunto em discussão. O Professor recordou que no mandato anterior sempre se opôs à centralização dos serviços nos termos em que foi feita. Contudo, e apesar de ser da opinião de que os efeitos desta centralização devem ser corrigidos e minorados, considera que esta correção não pode ser feita com sacrifício dos Institutos de Direito Brasileiro, da Cooperação Jurídica e



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

do ERASMUS. O Prof. Doutor Rui Ataíde destacou também a importância que os Institutos asseguram a representação externa da Faculdade no plano científico. Em suma defendeu que o problema relacionado com as condições de trabalho deve ser resolvido procurando outra solução. A linha de orientação deve ser marcada, por isso, pela melhoria das condições de trabalho, mas sem sacrifício dos institutos. O Professor terminou afirmando que espera por uma solução alternativa e agradeceu pela atenção prestada.

De seguida, o Prof. Doutor David Duarte pediu a palavra para obter um esclarecimento do Diretor. Nesse sentido, questionou o Diretor no sentido de saber o porquê de o presidente do CARL não estar presente. O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez respondeu afirmando que o convite foi endereçado mas que, atenta a sua indisponibilidade, conversou na véspera com o Prof. Doutor Lima Pinheiro, Presidente do CARL, que concordou com a afetação de espaços. O Professor sublinhou que todos os presidentes de Institutos/gabinetes visados pela proposta foram notificados da mesma e foi solicitado o seu parecer, caso assim entendessem necessário.

A reunião prosseguiu, dando o Diretor a palavra aos representantes dos núcleos de estudantes da AAFDL.

Começou por falar Marcelo Silveira (Presidente do Núcleo de Estudantes Brasileiros). O discente revelou que tinha pedido ao Diretor uma sala para o núcleo. Este pedido justifica-se pela representatividade do núcleo na Faculdade, que conta com cerca de 300 associados. O aluno demonstrou a sua preocupação pelo facto de a representatividade do núcleo poder ser prejudicada pelo facto de não possuir um espaço físico.

De seguida, falou Pedro Reis (Presidente do Núcleo de Estudantes Católicos). O discente notou que o núcleo tem desenvolvido imensas atividades na Faculdade (palestras, debates, jornal, etc.), sendo que na sua perspetiva se justifica um espaço físico no sentido de se poderem organizar este tipo de iniciativas. O aluno concluiu

dizendo que seria essencial na medida em que o núcleo recebe convidados com frequência, prepara iniciativas e guarda material de exposição.

Por fim, tomou a palavra Robert Neves (Presidente do núcleo de Estudantes Africanos). O aluno começou por afirmar que o NEA tem um espaço atribuído, que o Diretor garantiu que se ia manter. Continuou dizendo que entende a necessidade de reafecção de espaços, mas acha que isso não deve ter reflexos no NEA. Esta sala, na perspetiva do aluno, é muito relevante para a integração dos alunos associados ao NEA, para guardar documentos e material informático. Em suma, o aluno afirmou que não quer obstaculizar a que outros núcleos tenham salas, mas entende que essa atribuição de salas não pode prejudicar o NEA.

Findo este período de audição de interessados, o Professor Pedro Romano Martinez tomou a palavra para fazer um apanhado da situação. Depois de apresentar um documento com uma nova proposta de reafecção de espaços, começou por dizer que há um núcleo de funcionários que se encontra na tesouraria relativamente aos quais é patente a falta de condições de trabalho. No que respeita à tesouraria, há ainda um outro aspeto muito relevante: a necessidade de se receber dinheiro e de fazer encontro de caixa. A tesouraria, no seu modo de ver, não pode ser deslocada para a área da secretaria, sendo necessário um espaço reservado e afetado, em exclusivo, a essa função. O Diretor continuou afirmando que também não seria possível a deslocalização da tesouraria para o espaço dos recursos humanos ou da informática: esta é uma zona aberta, separada por tabiques, e com amplas janelas sem proteção, que se caracteriza por uma manifesta insegurança. O Diretor, quanto à tesouraria, afirmou ser premente a mudança porque se encontra atualmente num “vão de escadas”.

O Diretor prosseguiu falando dos funcionários que se encontram atualmente no espaço que foi intervencionado. Ora, estes funcionários têm vindo a manifestar queixas que são perfeitamente atendíveis. Relativamente a alguns deles as queixas apesar de relevantes, não demonstram uma necessidade de reafecção dos serviços (é o caso dos serviços de informática e financeiros), o que aliás foi reconhecido pelos



mesmos funcionários. No caso dos recursos humanos, as queixas são muitas, pelo que a solução passa para a sua deslocalização para a sala 12.41. Para além disso, há também o caso do Gabinete de Apoio ao Estudante, em condições de localização inaceitáveis para prestar trabalho 8 h por dia, que passaria para a sala 11.15. Os estudantes com dificuldades visuais passariam, por sua vez, para a sala 11.31. Ora, estas mudanças, continuou o Diretor, implicam que o CIDP e o IDPCC passem para o 3.º piso (sem pôr em causa o espaço destinado à arbitragem, mediação e consultadoria, nas salas indicadas na proposta). Por fim, e no que respeita aos núcleos de estudantes, ficariam livres duas zonas, onde os núcleos se poderiam instalar. O NEA, por seu turno, manteria a atual localização.

A Senhora Conceição Feiteiro pediu a palavra para afirmar que a saída do Senhor Hélder da Faculdade implicou a sua substituição pela Senhora Manuela Mouta. Esta substituição levantou algumas dúvidas ao Prof. Doutor David Duarte que relevou que não houve indicação de suplência no caso dos funcionários (o que poderia ter consequências de um ponto de vista de validade da deliberação). O Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho respondeu afirmando que houve uma lista apresentada ao Conselho de Escola e que mesmo que assim não fosse, haveria quórum pelo que a preterição de formalidade não inquinaria a deliberação.

De seguida, o Prof. Doutor Dário Moura Vicente agradeceu a atenção do órgão e retirou-se da reunião. O Prof. Doutor Rui Ataíde aproveitou a oportunidade, agradeceu a atenção do órgão e retirou-se também da reunião.

Nesta senda, o Diretor tomou a palavra, começando por reconhecer que a atual proposta coloca algumas dificuldades de relevo prático, que aliás foram manifestadas por alguns elementos nesta mesma reunião. Ora, estas dificuldades justificam uma proposta diferente e com um impacto distinto, tal como decorre da proposta que foi distribuída.

O Prof. Doutor David Duarte pediu a palavra para manifestar a sua surpresa quanto a uma visita às instalações do CARL pelo Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho com

alguns alunos do órgão. O Prof. Doutor David Duarte quis deixar esclarecido que devia ter havido notificação a todos os elementos do órgão, contestando o manifesto défice democrático neste tipo de procedimentos. O Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho respondeu que não houve qualquer défice de democraticidade, estando todo o contraditório assegurado pelo órgão, sendo que os restantes elementos conhecem o espaço.

A reunião prosseguiu com um pedido de esclarecimento do discente António Camacho que questionou como funcionaria a articulação da tesouraria com a secretaria. O Diretor respondeu que essa era uma preocupação. Mas destacou que o atual espaço destinado à tesouraria é inapropriado, tendo mesmo condições desumanas. A grande dificuldade da realocação da tesouraria coloca-se com uma questão de segurança. E essa preocupação, à luz de uma lógica de ponderação de interesses (condições desumanas vs. deslocação dos alunos no acesso aos serviços de tesouraria), faz com que prevaleça a situação dos trabalhadores.

O aluno Paulo Ramos interveio para questionar qual a posição do Presidente do CARL quanto a esta matéria. O Diretor reiterou que o Presidente do CARL não tinha manifestado entraves, tendo apoiado a solução, visto considerar que a utilização de espaços, tal como consta da proposta não afeta o funcionamento do CARL.

Nesta sequência, o Prof. Doutor David Duarte aproveitou para questionar qual a posição dos Presidentes do CIDP e do IDPCC relativamente à proposta apresentada.

O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez respondeu dizendo que tinha falado com ambos, que, com reticências por parte da Prof.^a Doutora Fernanda Palma, aceitariam a mudança, tendo o Prof. Doutor Menezes Cordeiro mostrado especial interesse nessa alteração de espaço. O Prof. Doutor David Duarte aproveitou também a oportunidade para dizer que o Diretor devia ter convidado estas pessoas para se pronunciarem, numa posição subscrita pelo discente Paulo Ramos. O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez voltou a dizer que essas pessoas tinham sido ouvidas, no que foi corroborado pelo Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho e pela Prof.^a Doutora Cláudia

Madaleno.

O discente Gonçalo Pratas aproveitou para pedir esclarecimentos quanto ao arquivo e quanto a questões de segurança da informática, manifestadas pelos funcionários na reunião precedente. O Diretor respondeu que o arquivo passa para a sala 12.41 e que o Dr. Rui Pina, que consultou no que respeita a essa matéria, afirmou não existirem problemas de segurança.

Seguidamente, pediu a palavra o discente António Camacho referindo-se à ata n.º 5/2015, onde o órgão foi unânime no sentido de considerar que o Centro de Apoio ao Estudante (CAE) deve ficar no piso 0. Questionou, portanto, qual o sentido de o CAE passar para a sala 11.15. O Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho respondeu que a solução tem sempre que ser analisada de um ponto de vista da ponderação de interesses, pelo que a resposta a essa pergunta se cingia a essa mesma ponderação.

A Senhora Conceição Feiteiro pediu a palavra para desmistificar um equívoco muito grande. A posição dos funcionários sempre foi a de que os serviços administrativos e técnicos devem estar no mesmo espaço, no mesmo piso. Mas os funcionários (tesouraria e recursos humanos, sobretudo) ficaram prejudicados e a Faculdade saiu também prejudicada. Chamou, portanto, à atenção para a necessidade de os estudantes terem presente que as condições são verdadeiramente desumanas.

O Prof. Doutor David Duarte pediu depois a palavra para se pronunciar quanto ao projeto. Neste sentido questionou se a organização racional dos espaços da Faculdade depende da vontade individual dos trabalhadores. E concluiu dizendo que este tipo de proposta deve obedecer a uma lógica racional e sistemática de ocupação de espaços. Respondeu o Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho que afirmou que a racionalidade tem que ver com a necessidade de resolver questões que têm vindo a ser discutidas. Há necessidades objetivas que nesta última proposta são satisfeitas, designadamente quanto a condições desumanas e quanto à necessidade de os núcleos de estudantes terem espaços físicos dentro da Faculdade. Nesta senda, não se prejudicam os Institutos, sendo que os funcionários entendiam que a deslocalização da tesouraria os

favorecia face às atuais condições de trabalho.

A discente Nirvana Araújo pediu a palavra, referindo-se à primeira proposta e à eventual saída do NEA da sala atual, o que gera uma permanente incerteza. O Diretor respondeu que não há incerteza e que o NEA manterá a sua atual sala, pelo que os alunos não devem estar preocupados. A aluna chamou depois à atenção de que a tesouraria tem uma ligação muito próxima à secretaria e mostrou-se preocupada, pedindo um esclarecimento sobre as atuais condições da tesouraria. O Diretor respondeu que as condições de tesouraria são desumanas e desrazoáveis.

Posteriormente, tomou a palavra o Dr. José Vitorino que se pronunciou sobre várias matérias. Em primeiro lugar, destacou que os núcleos pertencem AAFDL e que nessa medida o seu presidente devia ter sido notificado da presença dos núcleos de estudantes na reunião do Conselho Académico. No que respeita à visita às instalações da Faculdade, o presidente da AAFDL disse que tinha percebido que ela aconteceria durante a presente reunião e que não percebe o porquê de ter sido realizada dias antes. Já no que respeita à posição da AAFDL quanto à proposta apresentada, o Dr. José Vitorino começou por dizer que é desfavorável à reafectação dos serviços. Primeiro, porque privilegia a concentração dos serviços e, tendo visitado as novas instalações, considera que os funcionários têm boas condições de trabalho, melhor do que outros funcionários em diversas instituições. Por outro lado, notou que apoiou a criação do CARL e do GCJ e que esta proposta coloca entraves ao seu desenvolvimento. Questionou por isso se as preocupações dos funcionários eram tantas que justificavam a alteração global dos serviços, pondo em causa a centralização, com implicações diretas nos centros de investigação, no CARL e no GCJ. À questão por si formulada, o presidente da AAFDL respondeu que não, defendendo ser possível formular uma proposta que não tenha todas estas implicações (tanto no que respeita aos Institutos, aos Centros de Investigação, ao CARL e ao GCJ). Nesse sentido, o Dr. José Vitorino propôs que os núcleos partilhassem uma das salas que fica disponível no espaço recentemente intervencionado. Para além disso, afirmou ser essencial que o Centro de Apoio ao Estudante fique no piso 0. No que respeita à tesouraria, reiterou que a sua mudança não pode implicar um retrocesso na política de centralização de serviços,



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

visto que a tesouraria, nos termos da proposta formulada, passaria para o piso 1. Ora, na sua perspectiva as propostas apresentadas ao órgão não satisfariam estes desideratos. Neste sentido concluiu que a proposta de mudança dos serviços não pode implicar tantas alterações e troca de espaços.

Em resposta o Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho manifestou a sua surpresa quanto à reivindicação de falta de participação neste processo (designadamente no respeitante à visita), visto que a mudança anterior foi feita com uma participação muito menor. Esta visita teve como propósito único dar a conhecer os espaços da Faculdade, bem conhecidos de grande parte dos membros do CA. No que respeita à reafecção, afirmou que entende que esta deve ser total, na medida em que o CAE e a tesouraria têm uma necessidade premente de realocação, para além de que os núcleos merecem ter o seu espaço. O Professor concluiu dizendo que o processo foi conduzido com lisura, tendo sido bastante participado.

De seguida falou o Prof. Doutor David Duarte admitindo que se possa justificar a mudança da tesouraria e do CAE. No entanto, questionou se haveria alguma base técnica para a última proposta apresentada. Por fim, sugeriu que se fizesse um estudo, a elaborar por técnico da especialidade, para a inserção da tesouraria dentro do espaço da secretaria.

O discente António Camacho interveio manifestando a sua preocupação por ter sido feito um investimento elevado no CARL e por as suas instalações serem afetadas a uma finalidade diversa do previsto com esse investimento. Aproveitando esta deixa, o discente Paulo Ramos questionou se as *guidelines* internacionais em matéria de arbitragem são cumpridas com estas alterações. Em resposta, o Prof. Doutor David Duarte afirmou que estas *guidelines* internacionais preveem a existência de um espaço contíguo à sala de arbitragem para reuniões. O Professor aproveitou também para perguntar em que situação ficaria o CARL funcionando naquele espaço a mediação, julgados de paz e o GCJ. Assim, perguntou: onde funciona o GCJ?

O Diretor tomou a palavra e afirmou que não existem soluções ótimas nesta matéria.

Nesse sentido, ajustou a proposta às palavras do Dr. José Vitorino e apresentou nova proposta. Nos termos desta última proposta, o Prof. Doutor Pedro Romano Martinez propôs que o CAE passasse para a sala 10.01, mantendo-se assim no piso 0. Para além disso propôs que a tesouraria passasse para o atual espaço do CIDP, não tendo esta última proposta impacto nas instalações do IDPCC (que se manteria no mesmo local, como pretende a Prof.^a Doutora Fernanda Palma). O Diretor notou também que esta proposta não tem praticamente custos para a Faculdade, sendo apenas necessária uma empresa de mudanças e obras menores. Relativamente ao CARL e ao GCJ o Diretor reiterou que, como resulta explicitamente da proposta, há várias salas afetas às atividades de arbitragem, mediação e consultoria, razão pela qual tais funções não seriam postas em causa com a afetação de espaços proposta. Questionou, assim, se alguém votaria contra esta proposta. O Prof. Doutor David Duarte mostrou-se contra o sentido desta proposta, afirmando ser possível compatibilizar o atendimento da tesouraria com o atendimento na secretaria, retirando as funcionárias da tesouraria do espaço em que estão atualmente. O discente Gonçalo Pratas manifestou-se também contra na medida em que a centralização dos serviços ficaria preterida. Afirmou, para além disso, que deveria ser contratado um arquiteto/engenheiro para verificar se é possível manter os serviços nos mesmos locais (salvaguardando-se a centralização).

Em resposta, o Diretor afirmou que essa solução implicaria elevados custos, arrastando-se a questão *sine die*, sem se conseguir uma solução imediata para problemas prementes dos funcionários e acrescentou que esta reafecção de espaços, até por ter custos mínimos para a Faculdade, não tem carácter definitivo, podendo haver reajustamentos num futuro próximo, nomeadamente se houver especiais necessidades para a arbitragem em razão de um especial desenvolvimento desta atividade na Faculdade. O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, tentando mais uma vez formular uma proposta com um apoio mais alargado, modificou novamente o sentido da sua proposta. Nesta última proposta a tesouraria passaria para a sala 10.11 (o que não teria reflexos diretos no CIDP, no IDPCC e nos Institutos). O aluno Gonçalo Pratas respondeu de imediato dizendo que mudaria o seu sentido de voto, não levantando óbices quanto à tesouraria.

A proposta foi assim reformulada para ser votada na globalidade, nos termos seguintes:

- 1) A tesouraria passa a funcionar na sala 10.11;
- 2) Os recursos humanos e o arquivo passam para a sala 12.41;
- 3) O gabinete de apoio ao estudante passa a funcionar na sala 10.08;
- 4) O espaço destinado estudantes com dificuldades visuais fica na sala 11.31;
- 5) O gabinete de imagem passa a funcionar na sala 13.03;
- 6) No 3.º andar ficam afetas a arbitragem, mediação e consultoria as salas 13.01, 13.02 e 13.11;
- 7) No 3.º andar ficam afetas a secretariado da arbitragem, mediação e consultoria as salas 13.08 e 13.10;
- 8) A sala 10.13 será depois afetada, em moldes a verificar, a diferentes núcleos de estudantes.

A proposta foi sujeita a deliberação e aprovada com 6 votos a favor (Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, Prof.^a Doutora Paula Vaz Freire, Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho, Dr. João Serras de Sousa, Senhora Conceição Feiteiro e Senhora Manuela Mouta), 4 votos contra (Prof. Doutor David Duarte, Gonçalo Pratas, Paulo Ramos e António Camacho), e 1 abstenção (Nirvana Araújo).

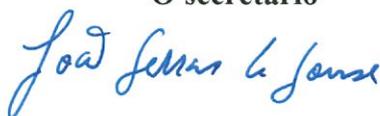
Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Diretor da Faculdade agradeceu a presença de todos, nomeadamente dos convidados, e encerrou os trabalhos.

O Presidente do Conselho Académico



(Prof. Doutor Pedro Romano Martinez)

O secretário



(Dr. João Serras de Sousa)